

SEIS MESES DE GUERRA

As Forças Armadas de Israel divulgaram, ontem, as conclusões sobre o bombardeio de um comboio humanitário que matou sete funcionários da ONG World Central Kitchen (WCK), no começo da semana. O comando militar anunciou a destituição de um major e de um coronel da reserva que serviam na unidade diretamente envolvida no ataque, e fez recomendações aos comandantes da Brigada e da 162ª Divisão do Exército. Em um comunicado oficial, as autoridades voltaram a se desculpar pelo incidente.

As medidas foram tomadas após a conclusão de uma investigação no âmbito do Mecanismo de Avaliação e Aparentação de Fatos do Estado Maior Conjunto de Israel, conduzida pelo general reformado Yoav Har-Even. O relatório final aponta que o ataque foi autorizado após um erro de identificação, em que militares teriam confundido o que julgaram ser homens armados no comboio com integrantes do Hamas.

ERRO GRAVE

Um porta-voz do Exército ouvido em anonimato pela CNN disse que os militares teriam identificado erroneamente um objeto pendurado no pescoço de um dos trabalhadores da ONG como sendo uma arma. Segundo a investigação, o objeto visualizado provavelmente se tratava de uma bolsa ou sacola. O mesmo porta-voz afirmou também que alguns dos trabalhadores mortos sobreviveram ao bombardeio do primeiro veículo e fugiram para o segundo, que vinha logo atrás. O carro também foi bombardeado.

As conclusões da investigação indicam que o incidente não deveria ter ocorrido. Aqueles que aprovaram o ataque estavam convencidos de



Identificação equivocada. Funcionários da ONU inspecionam a carcaça de um carro usado pela ONG WCK atingido por um ataque israelense em Deir al-Balah, na região central da Faixa de Gaza

Militares são destituídos por ataque a comboio humanitário

Major e coronel da reserva confundiram equipe de ONG com integrantes do Hamas, diz investigação; sete pessoas morreram

que os alvos eram agentes armados do Hamas e não funcionários da WCK. O bombardeio dos veículos de socorro é um erro grave decorrente de uma falha grave devido a uma identificação equivocada, erros na tomada de decisões e um ataque contrário aos procedimentos operacionais padrão", diz a nota oficial divulgada pelo Exército.

A ONG com sede nos EUA, liderada pelo chefe his-

pano-americano José Andrés, exigiu a abertura de uma investigação independente após a divulgação do relatório israelense, chamando as declarações dos militares de "conforto frio". Em nota, a WCK disse que os movimentos do comboio estavam coordenados com o Exército de Israel e que todos os veículos estavam identificados com logomarcas visíveis. A Polónia, país

natal de um dos funcionários mortos, pediu a abertura de um "inquérito criminal" após as revelações. "Não basta simplesmente tentar evitar mais mortes de trabalhadores humanitários, que já se aproximaram de 200", disse o fundador do grupo, José Andrés, em um comunicado. "Todos os civis precisam ser protegidos e todas as pessoas inocentes em Gaza precisam ser alimentadas e

mantidas seguras. E todos os reféns devem ser libertados." O general Yoav Har-Even disse que o fator-chave na cadeia de eventos que levou ao bombardeio do comboio foi um erro de identificação de imagens feitas por drone pela equipe responsável por autorizar o ataque. Embora os carros tivessem as logomarcas da ONG, a câmera do drone não conseguiu vê-las no escuro, explicou o general.

As conclusões sobre o ataque de segunda-feira serão enviadas aos promotores militares para avaliar se alguém deveria enfrentar acusações criminais, informou o Exército. As Forças Armadas também estão avaliando se os dois oficiais destituídos de seus cargos deveriam ser transferidos para outras funções ou expulsos.

JUSTIÇA LENTA

Embora os militares israelenses tenham designado uma comissão especial para investigar alegações de má conduta durante vários conflitos ao longo da última década, críticos apontam que o sistema de Justiça Militar tem sido historicamente lento em acusar — e muito mais em condenar — soldados suspeitos de crimes contra palestinos.

ONU exige suspensão de venda de armas a Israel

Resolução não vinculante foi aprovada no Conselho de Direitos Humanos da organização por 28 votos a favor, incluindo o do Brasil

CONTEXTO

O Conselho de Direitos Humanos (CDH) da ONU exigiu ontem a interrupção da venda de armas a Israel, apontando o risco de novas violações do direito humanitário internacional e de direitos humanos em Gaza, onde mais de 33 mil palestinos morreram desde o início da

guerra entre o país e o Hamas em outubro, segundo o Ministério da Saúde do território palestino, controlado pelo grupo terrorista. É a primeira vez que o órgão se posiciona sobre o conflito, iniciado em 7 de outubro, embora não tenha meios de obrigar o cumprimento da resolução. Aproximada com 28 votos a favor (incluindo o do Brasil), seis contra e 13 abstenções, a resolução apela a "todos os Estados para que parem com a venda, envio e entrega de armas, munições e outros equipamentos militares a Israel (...), para evitar novas violações do direito humanitário internacional e violações dos direitos humanos".

— Um voto "sim" é um voto

a favor do Hamas —reclamou a embaixadora de Israel no CDH, Meirav Shohat. Em contrapartida, o representante palestino no órgão, Ibrahim Mohammad Khraishi, defendeu a medida acusando Israel de cometer genocídio em Gaza.

— Temos que despertar [a consciência] e pôr fim a esse genocídio retransmitido ao

vivo pelas televisões de todo o mundo — afirmou.

A resolução, apresentada pelo Paquistão e apoiada por Bolívia, Cuba e Autoridade Nacional Palestina, foi modificada na quinta-feira para evitar a referência à noção de genocídio em várias passagens do texto. No entanto, manteve a manifestação de "profunda preocupação de

ção ante as informações que apontam graves violações de direitos humanos e violações graves do direito internacional humanitário, em particular eventuais crimes de guerra e crimes contra a Humanidade".

O documento também exigiu que Israel "acabe com a ocupação" dos territórios palestinos além das fronteiras de 1967 [em referência às anexações feitas durante a Guerra dos Sete Dias], incluindo Jerusalém Oriental, e que "levante imediatamente o bloqueio à Faixa de Gaza e todas as outras formas de punição coletiva".

Palestinos no norte de Gaza sobrevivem com só 245 cal/dia

Porção equivale a menos de 12% da ingestão média necessária à sobrevivência

CONTEXTO

A população do norte da Faixa de Gaza tem sido forçada a sobreviver com uma média de apenas 245 calorias por dia desde janeiro, segundo levantamento da organização internacional de caridade Oxfam, enquanto as forças israelenses mantêm sua ofensiva militar no enclave. A porção equivale a menos de 12% da ingestão média necessária para sobreviver.

Ainda de acordo com o levantamento, mais de 300 mil pessoas estão presas no território, e Israel tenta impedir que a agência da ONU para os refugiados palestinos (UNRWA), na sigla em inglês, entregue ajuda humanitária à região. O governo israelense argumenta que a UNRWA é tendenciosa contra Israel e influencia a pelo grupo terrorista Hamas, o que a agência nega. Em janeiro, Israel acusou 12 dos 13 mil funcionários da

agência da ONU para os refugiados palestinos de participarem dos ataques de 7 de outubro ao país. Na ocasião, várias nações doadoras suspenderam o financiamento, embora algumas tenham voltado atrás.

CAMINHÕES DE MENOS

A Oxfam também descobriu que as entregas totais de alimentos permitidas em Gaza para toda a população de 2,3 milhões de pessoas equivalem a uma média de 41% das calorias diárias necessárias,



Fome. Palestinos se aglomeram para receber comida distribuída por agências humanitárias em Gaza

sendo que menos da metade dos caminhões de alimentos para atingir essa meta está entrando no enclave. Com base em dados da Classificação Integrada de Segurança Alimentar (IPC) e da UNRWA, a análise concluiu que são necessários, todos os dias, um mínimo de 221 ca-

minhões de alimentos. Hoje, em média apenas 105 veículos com essas doações entram diariamente no território palestino.